

Por Jorge Wahl

Ainda não há uma proposta definitiva, até porque falta conversar com outros atores interessados no assunto antes do envio de uma posição fechada para análise e decisão da Diretoria da Abrapp, mas a verdade é que o Grupo de Trabalho de Rentabilidade Bruta e Líquida, coordenado pelo Diretor Luis Alexandre Cure se aproximou muito desse objetivo em seu encontro de dois dias atrás. Foi a quarta reunião e o que se espera é que se chegue a isso na quinta e última, no dia 30 de novembro.

Como não se pode falar ainda em uma versão definitiva, o que é possível dizer no momento é que em linhas gerais se vai buscar flexibilizar o cumprimento da atual exigência de as entidades informarem às autoridades as rentabilidades bruta e líquida obtidas em seus fundos de investimento. Por flexibilização entenda-se o não fornecimento da primeira, por não ser fácil e estar fora das práticas do mercado o cálculo desse retorno bruto. Obter-se esse número é uma tarefa não só difícil, em especial nas carteiras abertas, mas por isso mesmo onerosa, chocando-se assim com o objetivo maior da desoneração.

Nessa última segunda-feira (26) o GT finalizou o ciclo de apresentações de modelos e metodologias de cálculo de rentabilidade de cotas e também de emissão de relatórios para atender ao item 14 do regulamento anexo da Resolução CGPC 18/2006. As exposições foram feitas pelo Icatu Fundo Multipatrocínado, CBS, Multiprev, Funcesp e HSBC Fundo Multipatrocínado.

Além das apresentações dos modelos existentes, o GT avançou na direção de uma proposta se valendo também de uma pesquisa realizada junto às associadas, consultadas a respeito de suas práticas.

Fonte: [Abrapp](#), em 28.10.2015.